

# Proibida a 'promoção pessoal' em propaganda oficial



Plenário que aprovou restrições à propaganda oficial; no destaque, outdoor do governo Quéricia, que será proibido

Da Sucursal de Brasília

Assim que a nova Constituição for promulgada, os governos federal, estaduais e municipais não poderão mais incluir em sua publicidade "nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos". O Congresso constituinte manteve ontem a proibição, cujo exame foi adiado por duas sessões consecutivas.

A manutenção do texto representa uma derrota do "lobby" do governador paulista, Orestes Quéricia, que desejava suprimir a vedação.

Dos dois destaques (pedidos de votação isolada de emendas) existentes sobre o tema, um era do deputado Antonio Perosa (PSDB-SP), que o retirou na terça-feira; o outro, do senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), ficou prejudicado ontem pela ausência do autor no plenário.

Depois de interrompidas as vota-

ções às 13h para o almoço, elas foram retomadas às 16h30, prosseguindo até 19h. Os constituintes mantiveram os dois turnos na eleição do presidente da República, a partir da próxima, no ano que vem.

Foi retirada uma emenda do deputado José Maurício (PDT-RJ) que pretendia a supressão do segundo turno.

Os constituintes abriram a possibilidade de eleição indireta para presidente, ao rejeitar emenda do deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE) que pretendia sua supressão. Pela redação final aprovada, se os cargos de presidente e vice-presidente da República ficarem vagos durante os dois primeiros anos do mandato, depois de noventa dias será realizada a eleição direta.

Se isso ocorrer nos últimos dois anos, a eleição será realizada trinta dias depois, pelo Congresso Nacional. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o restante do mandato de seus antecessores, num "mandato-tampão".

Ficaram adiados novamente, a solução dos dois turnos nas eleições municipais de novembro deste ano, a questão da inelegibilidade dos parentes do presidente, governado-

res e prefeitos e alguns itens do título 3 (Da Organização do Estado).

Foram adiados também, à espera de acordo das lideranças, os trechos que instituíam o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional (substituto do atual Conselho de Segurança Nacional), ambos no capítulo do Poder Executivo.

Na apreciação do Poder Judiciário, foi mantido o dispositivo que permite a criação de "juizados de pequenas causas, em grau único de jurisdição, competentes para conciliação e julgamento de causas cíveis de pequena relevância, definidas em lei, e julgamento de contravenções."

Foram rejeitadas emendas que pretendiam suprimir o dispositivo que estabelece que os cartórios serão "de caráter privado, por delegação do Poder Público". A competência do Supremo Tribunal Federal (STF), para processar e julgar as ações de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e, nas infrações penais comuns, o presidente, o vice, os ministros de Estado, os membros do Congresso Nacional, os próprios ministros do STF e o procurador-geral da República.

(Marcelo Xavier de Mendonça)

## Propaganda de Quéricia custou Cz\$ 1,5 bi em 87

Da Redação e das sucursais

O governo do Estado de São Paulo gastou com publicidade no ano de 87, segundo o Tribunal de Contas do Estado, Cz\$ 1,52 bilhão entre os meses de abril (posse de Quéricia) e dezembro, conflitando com o valor de Cz\$ 1,2 bilhão apresentado pela Secretaria de Governo.

Pelas projeções do deputado estadual José Dirceu (PT), o governo Quéricia gastou em propaganda, somente no mês de julho deste ano, a quantia de Cz\$ 1,76 bilhão, equivalente ao orçamento da cidade de São Paulo para 88, de Cz\$ 1,77 bilhão.

Dirceu foi autor de um projeto de lei prevendo a obrigatoriedade de apresentação dos gastos do governo estadual com publicidade, rejeitado pela Assembléia Legislativa paulista, na última terça-feira.

Em Minas Gerais a previsão de gastos com publicidade oficial este ano é de Cz\$ 150 milhões, segundo a assessoria de Comunicação Social do governo, o que corresponde a 0,65% do orçamento de Belo Horizonte, de Cz\$ 23,2 bilhões.

No Rio Grande do Sul a verba para publicidade era de Cz\$ 575 milhões e foi posteriormente acrescida de mais Cz\$ 100 milhões. A assessoria de publicidade do Palácio Piratini informou que haverá mais uma suplementação de verba este ano.

O governo da Bahia gastou de janeiro a abril deste ano uma média de 45.930 OTNs mensais (Cz\$ 364 milhões em quatro meses). O Estado arrecada cerca de Cz\$ 20 bilhões por mês. As despesas mensais com propaganda oficial correspondem a 0,45% deste montante.

## Constituintes vão a congresso na Argentina

De Buenos Aires

"O doutor Ulysses concordou com a nossa vinda aqui", foi logo dizendo o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) ao ser procurado ontem no Congresso Nacional argentino onde, acompanhado de um grupo de outros seis parlamentares, participa do XII Assembléia do Parlamento Latino-americano. A desculpa do senador era para o fato de estar ausente do Brasil no momento em que o presidente da constituinte, deputado Ulysses Guimarães, convocou os 559 parlamentares para um esforço concentrado com o objetivo de votar o texto da nova Carta.

"Houve um apelo do secretário-geral do parlamento a Ulysses para que nós participássemos da Assembléia porque ele achava que sem a presença do Brasil o encontro esta-

ria descaracterizado", apressou-se em justificar o senador Divaldo Suruagy (PFL-AL), procurando afluente o nome do deputado peruano que preside este ano o parlamento latino-americano. "Eu só me decidi a vir depois que o doutor Ulysses autorizou", livrava a cara o senador Carlos Alberto de Souza (PTB-RN), que também participa dessa Assembléia que acontece anualmente.

Sem saber o que seus companheiros de viagem haviam dito, Lavor contava sobre um plano que supostamente toda a delegação brasileira havia acertado: "Eu volto amanhã, dois outros na sexta-feira e o restante da delegação no sábado para pegar o esforço concentrado do final de semana". Não foi o que os outros disseram. "Voltamos no sábado", contradisse Suruagy.

## Lideranças adiam para hoje as negociações sobre segundo turno

Da Sucursal de Brasília

As lideranças partidárias no Congresso constituinte se reuniram ontem à noite para tentar definir a questão dos dois turnos para as eleições municipais, mas não chegaram a nenhum entendimento e a negociação foi transferida para hoje. Se não houver acordo, o tema irá a votação, sendo necessários 280 votos para derrubar os dois turnos, que já foi aprovado no projeto constitucional.

Um acordo, que significa necessariamente uma alteração no texto, só pode ser feito com a concordância de todos os partidos. Até as 20h de ontem, dois partidos se negavam ao acordo e permaneciam favoráveis aos dois turnos: o PSDB e o Partido dos Trabalhadores.

No caso de os partidos concorda-

rem em alterar o texto, são três as hipóteses. Uma, seria a alteração, nas disposições transitórias, do teto estipulado em 200 mil eleitores para aplicação do princípio dos dois turnos. Uma proposta do PFL sugere um novo patamar com o princípio valendo apenas para as cidades que tenham mais de um milhão de habitantes.

As 19h30, o vice-líder do PFL, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), expunha à Folha uma nova posição do partido: "Somos contra os dois turnos e, quando muito, aceitamos para cidades com mais de 2,5 milhões de habitantes".

A outra hipótese, se houver acordo para alteração no texto, é permanecer o teto de 200 mil eleitores no texto permanente, não havendo o segundo turno apenas nas eleições municipais deste ano.

A terceira hipótese que era discutida ontem à noite no gabinete do líder do PMDB, deputado Néelson Jobim (RS), era, ainda nas disposições transitórias, uma alteração no teto —de 200 mil eleitores— para ser aplicado apenas na eleição de 15 de novembro próximo.

A questão dos dois turnos se complica em função do interesse de cada partido já nas próximas eleições. O PDT não deseja, porque imagina que vencerá o primeiro turno no Rio, com a candidatura Marcelo Alencar.

Da mesma forma, o PFL, com escassas chances por todo o país, rejeita o segundo turno por acreditar que, em Recife, o deputado Joaquim Francisco vencerá o primeiro turno.

O PMDB dividiu-se nas bancadas de São Paulo, Minas e Paraná, com maioria contrária aos dois turnos.

## Deputado leva à Justiça votação da propaganda

Da Redação

O deputado estadual José Dirceu (PT) anunciou que vai entrar hoje com um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo, pedindo a anulação da sessão de ontem da Assembléia Legislativa que rejeitou projeto de sua autoria que obrigaria o governo do Estado a veicular juntamente com cada propaganda oficial seu custo de produção e geração.

O projeto de Dirceu foi rejeitado por 32 votos a 31, sendo o que seu próprio voto não foi computado pela Secretaria da Mesa, composta pelos deputados Lobbe Neto e Jurandir Paixão Filho, ambos do PMDB. Para Dirceu, o governador Orestes Quéricia tem feito "autopromoção" com propaganda oficial, o que será agora proibido pela nova Carta.

## Texto impede Costa de assumir governo do DF

Da Sucursal de Brasília

Uma reunião de emendas aprovada por 367 votos contra seis, e quatro abstenções, alterou os impedimentos dos deputados e senadores. Pelo novo texto, não perderá o mandato o deputado ou senador "investido no cargo de ministro de Estado, governador de Território, secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de capital ou chefe de missão diplomática temporária".

A redação adotada adia para as Disposições Transitórias a solução do problema do senador Alexandre Costa (PFL-MA), que perderá seis anos de mandato se assumir o governo do Distrito Federal. O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), disse que vai tentar um acordo de lideranças para

criar uma redação nas Disposições Transitórias que resolva a situação.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse ontem que "a maioria esmagadora" do Senado quer que o senador Alexandre Costa (PFL-MA) seja o governador do Distrito Federal. Segundo ele, isto ficou demonstrado com a aprovação da indicação do senador por 35 votos a favor, 11 contra e duas abstenções. afirmou que este resultado cria as condições para que o presidente Sarney formalize a nomeação do senador.

Costa Couto disse ainda que a decisão final caberá a Costa. Segundo ele, o Congresso deverá sanar, nas Disposições Transitórias, o "paradoxo" que permite ao senador ser nomeado secretário de Estado, mas que não lhe dá o direito de ser governador.